

Relatório da Administração

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

A CPFL Renováveis possui em seu portfólio 2 usinas hidrelétricas (UHEs) e é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, PCH/CGH e solar.

O portfólio da CPFL Renováveis é de 2.986 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHEs (830 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 43 PCHs (473 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW), 6 CGHs (4 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um portfólio de 3.350 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos 2 projetos em construção, que totalizam 109,7 MW: (i) PCH Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, em entrada em operação prevista para 2024; e (ii) Complexo Eólico Gamelaireira, composto pelos parques Costa das Dunas, Farol dos Turcos, Figueira Branca e Gamelaireira, com 81,7 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Rio Grande do Norte, com entrada em operação prevista para meados de 2021, cerca de 2,5 anos antes da data prevista inicialmente no projeto.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Recita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 2.338 milhões em 2020, representando um aumento de 14,5% (R\$ 295 milhões). As despesas da receita operacional foram de R\$ 140 milhões em 2020, representando um aumento de 21,5% (R\$ 25 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 2.199 milhões em 2020, representando um aumento de 14,0% (R\$ 271 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 1.464 milhões em 2020, representando um aumento de 21,6% (R\$ 260 milhões), devido ao aumento de 14,0% (R\$ 271 milhões) na receita líquida e uma variação de R\$ 45 milhões na Equivalência Patrimonial. Este resultado foi parcialmente compensado pelos seguintes aumentos: (i) de 6,3% (R\$ 20 milhões) no custo com Energia Elétrica; e (ii) de 8,8% (R\$ 29 milhões) em PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Imposto de Previdência Privada), decorrente dos seguintes efeitos:

- ✓ Redução de 5,5% (R\$ 6 milhões) nas despesas com Pessoal;
- ✓ Aumento de 43,5% (R\$ 9 milhões) nas despesas com Material;
- ✓ Redução de 7,2% (R\$ 15 milhões) nas despesas com Serviços de Terceiros;
- ✓ Aumento de 70,1% (R\$ 46 milhões) em Outros Custos/Despesas Operacionais;
- ✓ Despesas de R\$ 1 milhão em Entidade de Previdência Privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2020	2019
Lucro Líquido	806.006	107.024
Depreciação e Amortização	598.145	645.722
Resultado Financeiro	300.404	403.634
Contribuição Social	(57.517)	17.836
Imposto de Renda	(184.247)	29.316
EBITDA	1.463.792	1.203.532

*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

Lucro líquido: a CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 806 milhões em 2020, representando um aumento de 653,1% (R\$ 699 milhões), refletido pelo aumento de 21,6% (R\$ 260 milhões) na receita líquida e a redução de 2,2% (R\$ 18 milhões) na depreciação e amortização. O lucro líquido de R\$ 289 milhões nas contas de Imposto de Renda e Contribuição Social e a redução de 25,6% (R\$ 103 milhões) nas despesas financeiras líquidas.

Endividamento: no final de 2020, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 4.084 milhões, uma redução de 16,4%.

5. INVESTIMENTOS

Em 2020, foram investidos R\$ 271 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e dos parques eólicos do Complexo Gamelaireira (Costa das Dunas, Figueira Branca, Farol dos Turcos e Gamelaireira).

6. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover

o desenvolvimento sustentável devendo ser incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaca a seguir.

Plano de Sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em 3 pilares - Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade - e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas de atuação, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de Sustentabilidade: instância diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de Sustentabilidade, avaliar e recomendar a adoção de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Descarbonização: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de Riscos e Oportunidades, Inovação, Engajamento e Divulgação.

Gestão Ambiental: a empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e requisitos legais, direcionando os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva. Também realiza projetos como monitoramentos dos meios físicos e bióticos, compensações ambientais e diversas ações de educação ambiental.

Relacionamento com a Comunidade: a empresa possui um Programa de Transformação Social junto a comunidades do entorno dos empreendimentos, com projetos nas frentes de (i) Segurança Hídrica, para promover o acesso à água nas residências e atividades produtivas; (ii) Compromissos com gerações futuras, visando o bem-estar, desde a geração, passando pela primeira infância até a fase adulta; e (iii) Cadeias produtivas, fomentando a construção de legados produtivos. Em 2020, o investimento foi de R\$ 438 mil na implementação, destacam-se ações com comunidades do entorno do Complexo Eólico Gamelaireira, realizadas através do Centro de Comunicação Social - CEC implantado pela empresa, visando manter uma comunicação transparente e fortalecer uma boa relação. As ações sociais realizadas em 2020 abrangem 6 comunidades no entorno do empreendimento e tiveram um investimento de cerca de R\$ 150 mil.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2020, treinamos 524 pessoas, que representa 85% do quadro de colaboradores. Foram 4.273 horas totais de treinamento, sendo dessas 735 horas de treinamento em formato online.

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (EY) foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a EY prestou, em 2020, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária e regulatória).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a EY prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de covenants financeiros	10/03/2020	Exercício de 2020
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	10/03/2020	Exercício de 2020

Contratamos um total de R\$ 138 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 10,7% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2020 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM nº 381/03, a EY declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supracitados não ateta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2020. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

Para mais informações sobre o desempenho desta empresa do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpflrenovaveis.com.br/ri.

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Recita operacional líquida	24	588.678	409.577	2.198.696
Custo com energia elétrica	25	(182.925)	(135.136)	(339.928)
Custo com operação	26	(129.427)	(113.913)	(689.167)
Lucro operacional bruto		276.326	160.528	1.169.601
Despesas operacionais	26	(34)	(20)	(61)
Despesas com vendas		(34)	(20)	(61)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(34)	(20)	(61)
Outras despesas operacionais		(34)	(20)	(61)
Despesas gerais e administrativas		(129.549)	(137.391)	(141.100)
Depreciação e amortização		(9.048)	(7.844)	(2.213)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(120.501)	(129.547)	(143.313)
Outras despesas operacionais		(98.090)	(72.624)	(109.151)
Amortização de intangível da concessão		(64.430)	(64.432)	(161.006)
Despesas operacionais	26	(240.660)	(18.122)	(48.145)
Resultado do serviço		48.851	(49.507)	819.289
Resultado de participações societárias	12	629.640	401.934	95.805
Resultado financeiro	27			36.857
Receitas financeiras		28.352	36.940	172.658
Despesas financeiras		(207.901)	(301.656)	(399.208)
Lucro líquido de exercício		(179.549)	(264.226)	(878.538)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		488.742	87.701	564.243
Lucro líquido por ação - R\$	23			1,45
Lucro líquido diluído por ação - R\$				1,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abstranges para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Recita operacional líquida	24	588.678	409.577	2.198.696
Custo com energia elétrica	25	(182.925)	(135.136)	(339.928)
Custo com operação	26	(129.427)	(113.913)	(689.167)
Lucro operacional bruto		276.326	160.528	1.169.601
Despesas operacionais	26	(34)	(20)	(61)
Despesas com vendas		(34)	(20)	(61)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(34)	(20)	(61)
Outras despesas operacionais		(34)	(20)	(61)
Despesas gerais e administrativas		(129.549)	(137.391)	(141.100)
Depreciação e amortização		(9.048)	(7.844)	(2.213)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(120.501)	(129.547)	(143.313)
Outras despesas operacionais		(98.090)	(72.624)	(109.151)
Amortização de intangível da concessão		(64.430)	(64.432)	(161.006)
Despesas operacionais	26	(240.660)	(18.122)	(48.145)
Resultado do serviço		48.851	(49.507)	819.289
Resultado de participações societárias	12	629.640	401.934	95.805
Resultado financeiro	27			36.857
Receitas financeiras		28.352	36.940	172.658
Despesas financeiras		(207.901)	(301.656)	(399.208)
Lucro líquido de exercício		(179.549)	(264.226)	(878.538)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		488.742	87.701	564.243
Lucro líquido por ação - R\$	23			1,45
Lucro líquido diluído por ação - R\$				1,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abstranges para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido de exercício		792.496	96.628	806.006
Outros resultados abstranges				107.024
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuais, líquidos dos efeitos tributários		(22.768)	-	(22.768)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros		294	294	294
Resultado abstrange de exercício		770.022	96.628	107.024
Resultado abstrange atribuído aos acionistas não controladores				107.024
Resultado abstrange atribuído aos acionistas não controladores				13.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos tributos		498.742	87.701	564.243
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Outros tributos e contribuições sociais		160.584	141.631	598.465
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas		5.256	(167)	20.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	27
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais		(4.304)	258.944	422.989
Despesa (receita) com entidade de previdência privada		1.173	-	1.173
Resultado de participações societárias		(629.640)	(401.934)	(465.357)
Perda na baixa de ativo não circulante		19.982	8.176	15.426
Outros		51.793	94.351	1.435.040
Redução (aumento) nos ativos operacionais		(34.042)	(46.689)	(100.687)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		(34.042)	(46.689)	(100.687)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos		408.512	418.927	(576.294)
Aumento de capital direto por controladora		(123.216)	(1.588)	(86.255)
Depósitos judiciais		224	72	100
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais		(4.304)	258.944	422.989
Despesa (receita) com entidade de previdência privada		1.173	-	1,173
Resultado de participações societárias		(629.640)	(401.934)	(465.357)
Perda na baixa de ativo não circulante		19.982	8.176	15.426
Outros		51.793	94.351	1.435.040
Redução (aumento) nos passivos operacionais		51.297	29.501	53.582
Fornecedores		51.297	29.501	53.582
Outros tributos e contribuições sociais		47.789	2.852	63.588
Outras obrigações com entidade de previdência privada		(706)	-	(706)
Processos fiscais, civis e trabalhistas pagos		(31)	(957)	(1.317)
Adiantamentos de clientes		31.597	(4.265)	177.135
Outros passivos operacionais		(47.687)	(75.453)	(13.965)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		373.297	118.898	1.178.078
Encargos de dívidas e debêntures pagas		(95.872)	(432.866)	(208.574)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(175.446)	(175.446)	(56.544)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		276.371	286.032	1.094.783
Atividades de investimentos				
Aumento de capital em investidas		(552.809)	(23.385)	-
Redução de capital em subsidiárias		592.940	184.073	1.890
Aumento de capital decorrente de reestruturação societária		(77.855)	(30.354)	(282.804)
Aquisições de intangível		(8.113)	(5.989)	(8.350)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)		(12.133)	(246.914)	(389.683)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)		104.276	297.270	1.088.999
Adiantamento para futuro aumento de capital		(257.372)	(270.182)	-
Mutuos concedidos a controladas e coligadas		(552.068)	125	-
Recebimento de mutuos com controladas e coligadas		316.680	-	(1.968)
Outros		(1.968)	-	(1.968)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(425.801)	(95.356)	(428.064)
Atividades de financiamentos				
Aumento de capital por acionistas não controladores		(5.859)	-	(5.859)
Amortização de mutuos entre coligadas, controladas e controladora		(877.513)	(77.964)	(454.232)
Captação de empréstimos e debêntures		120.158	(23.301)	(129.888)
Amortização de principal de empréstimos e debêntures		(917.896)	(1.002.396)	(3.290.791)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	12	-
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos		(49.789)	-	(66.188)
Aumento de caixa em função de aumento de participação societária		2.004	-	6.504
Liquidação de operações com derivativos		2.004	-	2.004
Captações de mutuos entre coligadas, controladas e controladora		2.000	2.000	2.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		270.709	(242.342)	(1.608.455)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		121.279	(51.666)	(85.588)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		57.586	109.252	412.579
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		178.865	57.586	426.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
1 - Receita		654.114	475.634	2.338.311
1.1 Receita de venda de energia e serviços		83.995	64.724	268.271
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios		-	-	(27)
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(27)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros		(399.179)	(305.038)	(905.408)
2.1 Custo com energia elétrica		(200.135)	(146.146)	(328.394)
2.2 Material		(120.158)	(23.301)	(129.888)
2.3 Serviços de terceiros		(96.242)	(114.895)	(335.762)
2.4 Outros		(44.644)	(13.696)	(85.022)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)		338.929	235.320	1.071.147
4 - Retenções		(160.582)	(141.631)	(599.145)
4.1 Depreciação e amortização		(96.152)	(77.199)	(438.139)
4.2 Amortização de intangível da concessão		(17.347)	(93.689)	(159.227)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)		178.347	137.989	1.002.012
6 - Valor adicionado recebido em transferência				

CPFL Energias Renováveis S.A. - CNPJ nº 08.439.659/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Benefício fiscal do intangível incorporado: O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL. A geração de Energia S.A., a após incorporação de ativos da nota 1.6, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e CPO 09 (P2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) - Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14. **10.2 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indutíveis/tributáveis:**

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	159	442	-	-	159	442	-	-
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	-	-	502	1.395	-	-
Derivativos - regime de caixa	(5.383)	(14.953)	-	-	(5.383)	(14.953)	-	-
Marcação a mercado - Derivativo	(181)	(503)	-	-	(181)	(503)	-	-
Marcação a mercado - Dividas	(66)	(105)	-	-	(66)	(105)	-	-
Depreciação acelerada	(22.956)	(63.735)	(23.845)	(66.237)	(22.956)	(63.735)	(23.845)	(66.237)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	(614)	(1.706)	968	2.689	(614)	(1.706)

Diferenças temporariamente indutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas atuariais	162	450	-	-	162	450	-	-
Marcação a mercado - Derivativos	21	60	-	-	21	60	-	-
Marcação a mercado - Dividas	(62)	(171)	-	-	(62)	(171)	-	-
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído	(40.438)	(112.327)	-	-	(40.438)	(112.327)	-	-

Diferenças temporariamente indutíveis/tributáveis - combinação de negócios:

Impostos diferidos - ativo:

Valor justo de ativo imobilizado (menos valor de ativos)

	31/12/2020	31/12/2019
Valor justo de ativo imobilizado	13.583	37.731
(menos valor de ativos)	(13.583)	(37.731)
Total	0	0

Impostos diferidos - passivo:

Mais-valia decorrente da aplicação de custo atribuído

	31/12/2020	31/12/2019
Mais-valia decorrente da aplicação de custo atribuído	(13.652)	(37.922)
Intangível - direito de exploração/autorização	(58.142)	(161.505)
Total	(71.794)	(199.427)

10.3 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020				2019			
	CSLL		IRPJ		CSLL		IRPJ	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Total	(125.493)	(348.592)	(94.252)	(261.809)	(724.086)	(759.784)	(241.944)	(672.086)

Lucro antes dos tributos

Ajustes para refletir à alíquota efetiva:

Resultado de participações societárias

Outras adições (exclusões) permanentes líquidas

Alíquota aplicável

Base de cálculo

Alíquota aplicável

Credito (débito) fiscal apurado

Credito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido

Corrente

Diferido

	2020				2019			
	CSLL		IRPJ		CSLL		IRPJ	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Total	498.742	498.742	87.701	87.701	498.742	498.742	87.701	87.701

Credito (débito) fiscal apurado

Credito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido

Corrente

Diferido

10.4 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	2020				2019			
	CSLL		IRPJ		CSLL		IRPJ	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Total	1.069	2.967	1.069	2.967	1.069	2.967	1.069	2.967

10.5 Expectativa do período de recuperação: A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	2020				2019			
	CSLL		IRPJ		CSLL		IRPJ	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Total	355.424	355.424	355.424	355.424	355.424	355.424	355.424	355.424

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada por Covid-19, estão descritos na nota 1.7.

11. Outros Ativos:

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total	97.892	33.093	24.978	10.960	222.367	118.447	56.602	69.157

Créditos a receber: Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com o sócio minoritário das controladas, no consolidado representado em 31 de dezembro de 2020 em R\$ 11.206 em 31 de dezembro de 2019. Além disso refere-se, parcialmente, a créditos a receber da Baldin Bioenergia em 31 de dezembro de 2020 em R\$ 9.842 em 31 de dezembro de 2019. Não há prazo de prescrição histórico atual; Em 2008, através da SPE CPFL Bioenergia S.A., a Companhia firmou um contrato com o Grupo Baldin para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW, pelo prazo de 17 anos. A CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e, em contrapartida, a Baldin Bioenergia deve reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%). Ademais, a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento à Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou pedido de recuperação judicial em 2012 e, até 31 de dezembro de 2020, o processo de recuperação judicial ainda não havia sido encerrado. (i) O montante é composto de seguinte forma: a. Em 31 de dezembro de 2020 em R\$ 454 e em 31 de dezembro de 2019 em R\$ 2.019 de valor de principal, referente ao direito de contratação CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida a queima de biomassa como combustível (50% do investimento inicial), b. R\$ 1.000 de créditos a receber. A Companhia por meio de sua controlada Bioenergia adquiriu em 6 de novembro de 2014, Cessão de Créditos sem Cobrigação, Direitos e Obrigações e Outras Avenças do Iate Unibanco S.A., um dos credores do plano de recuperação judicial. O valor de crédito cedido foi de R\$ 26.100, que descontado a valor presente resultou no montante desdobramento de R\$ 1.000. c. Desconto de R\$ 13.838 provisão para perdas do saldo a receber. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a qual já foi suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo. d. Desconto de R\$ 23.774 ajuste a valor presente. Em decorrência da aprovação de novo plano de recuperação judicial e da expectativa de recebimento, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou ajuste a valor presente dos créditos a receber, líquidos da provisão para perdas. **Créditos a receber - ratos:** Refere-se principalmente aos ratos de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas. **Adiantamento - fornecedores:** Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento, montagem e comissionamento de aerogeradores. **Estoque:** Refere-se basicamente ao projeto de primarização para a aquisição de materiais visando formação de estoque para manutenção preventiva e corretiva nas usinas eólicas dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, cujo montante de R\$ 47.721, no consolidado está representado principalmente por materiais destinados a revenda para empresas que não são consumidores como alimentado no total de R\$ 14.028. **Imposto de pré-compra de energia:** Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia. **12. Investimentos:**

	Controladora				Consolidado				
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019		
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	
Total	5.213.596	(40.131)	(10.145)	56.905	(119.426)	(252)	698.606	(380.435)	5.418.718

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial: As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	Participação no capital %	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital %	Total do ativo	Capital social	Patrimônio líquido
Investimento								
Alto Irani	100%	114.043	2.114	47.748	23.727	47.748	63.399	23.726
Atlântica I	100%	99.186	43.081	86.147	10.750	86.147	10.750	7.064
Atlântica II	100%	101.407	42.895	82.016	10.758	82.016	10.758	5.975
Atlântica III	100%	102.792	45.781	31.529	11.009	31.529	11.009	6.612
Atlântica V	100%	114.114	50.579	97.264	8.520	97.264	8.520	5.957
BAESA-Energética								
Barra Grande S.A.	25,0059%	1.151.148	398.381	680.505	146.900	170.166	-	45.357
Baixa Verde	95%	342	432	312	(42)	181	148	(40)
Bio Alvorada	100%	171.317	48.912	145.706	6.966	145.706	136.649	6.966
Bio Buri	100%	87.180	72.070	73.500	10.935	73.500	10.795	9.509
Bio Coopacna	100%	138.534	50.563	117.095	15.536	117.094	100.284	15.536
Bio Estler	100%	97.941	43.512	83.434	23.275	83.434	79.159	23.275
Bio Formosa	100%	120.892	70.991	86.359	14.782	76.214	94.678	14.782
Bio Ipê	100%	19.077	14.349	16.123	5.057	16.123	26.426	5.057
Bio Pedra	100%	166.305	129.560	169.025	37.995	169.025	244.585	37.995
Bioenergia	100%	63.195	47.409	54.910	10.865	54.910	10.865	9.232
Boa Vista 2	100%	28.247	125.635	127.437	4.195	127.437	94.442	4.195
Cachaieira Grande	100%	45	6.632	145	2	145	143	(5)
Cajueiro	95%	573	199	567	(28)	288	294	(2)
Chimay	100%	122.574	48.021	89.449	39.264	89.449	90.170	39.264
Empreendimentos	100%	91.060	21.639	59.499	5.144	54.686	5.144	-
Costa das Dunas	95%	103.594	77.601	79.500	92	74.194	4.614	82
Pedra Cherosa I	100%	171.356	141.500	157.440	(13.731)	147.540	82.771	(13.730)
Dobrevé	100%	1.058.972	759.916	821.365	76.334	814.017	884.490	76.680
Edíca Paracuru	100%	42.345	22.230	32.970	18.287	32.970	19.144	19.281
Edíca Holding	100%	-	-	-	-	-	219.130	22.098
Eurus V	100%	29.865	22.580	23.147	338	23.147	37.397	338
Fariol de Touros	100%	35.392	30.404	30.404	-	30.404	26.998	(42)
Figueira Branca	100%	36.772	14.474	14.316	176	14.316	1.623	176
Gamelaireia	100%	55.225	24.048	23.881	2	23.881	3.200	2
Jaydiya	100%	45.090	2.082	15.193	15.440	15.193	11.600	15.440
Empreendimentos	90%	61.033	17.138	36.230	3.914	32.890	-	5
Juremas (b)	90%	77.996	20.234	45.407	4.127	41.134	-	7
Mohini	100%	57.578	1.269	21.395	30.885	21.395	20.885	18.330
Navegantes (a)	95%	5	366	(2)	(46)	-	(43)	(36)
PCH Holding 2	100%	380.363	315.693	376.145	85.203	376.145	464.882	85.203
Pedra Preta (b)	100%	-	-	-	26.251	98.918	26.251	69.745
Penado	100%	73.823	1.527	25.042	17.101	25.042	173	(12)
Pedra Cherosa II	100%	153.623	114.500	132.915	(2.542)	132.915	83.958	(2.543)
Rosa dos Ventos	100%	46.145	15.740	33.739	9.286	33.739	20.912	9.327
Santa Clara I	100%	141.848	113.777	122.003	5.852	122.003	147.959	5.852
Santa Clara II	100%	87.180	72.070	73.500	10.935	73.500	10.795	9.509
Santa Clara III	100%	117.489	88.770	97.870	17.055	97.870	138.184	17.055
Santa Clara IV	100%	108.332	80.722	87.062	4.882	87.062	138.599	4.882
Santa Clara V	100%	111.192	82.976	90.434	6.084	90.434	139.645	6.084
Santa Clara VI	100%	106.855	79.445	84.130	3.586	84.130	137.827	3.586
Campos dos Ventos I (b)	100%	111.432	46.402	52.699	1.854	52.699	-	-
Santo Góes	100%	110.513	76.400	95.370	13.616	95.370	61.282	13.616
Santa Cruz	100%	102.792	45.781	31.529	11.009	31.529	11.009	(3)
Santa Luzia (b)	100%	181.740	89.314	174.866	34.670	174.866	-	-
SILF Cinc	100%	78.120	42.662	56.007	11.212	56.007	29.076	11.212
Solar I (a)	100%	4.098	33	-	230	-	230	(356)
Sul Centrais Elétricas	100%	28.953	14.183	17.677	59			

	Consolidado				Taxa de amortização anual
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Gamelaire	3.248	-	3.248	-	-
Juramas	40.751	(8.454)	32.298	33.542	3,08%
Ludesa	132.579	(45.449)	87.030	94.242	5,44%
Macacos	53.385	(11.060)	42.325	43.339	3,08%
Mata Velha	25.463	(7.294)	18.169	19.760	5,19%
Morro dos Ventos I	50.926	(10.368)	40.558	42.207	3,16%
Morro dos Ventos II	3.169	(561)	2.608	2.707	2,41%
Morro dos Ventos III	50.926	(10.368)	40.558	42.207	3,16%
Morro dos Ventos IV	50.926	(10.368)	40.558	42.207	3,16%
Morro dos Ventos V	50.926	(10.368)	40.558	42.207	3,16%
Morro dos Ventos VI	50.926	(10.368)	40.558	42.207	3,16%
Ninho da Águia	29.297	(25.285)	14.012	15.569	5,31%
Padra Cherosa I	58.294	(18.756)	39.538	34.567	4,66%
Padra Cherosa II	30.773	(4.380)	26.394	31.019	4,07%
Padra Cherosa III	32.772	(3.940)	28.832	37.299	3,43%
Padra Prata	53.390	(11.060)	42.330	43.366	3,07%
Piano Alto	127.249	(57.060)	70.189	78.249	4,76%
Rosário dos Ventos	67.741	(25.249)	42.492	46.187	5,45%
Salto Góes	55.442	(16.198)	39.243	41.247	3,61%
Santa Clara I	5.229	(1.344)	3.886	4.044	3,02%
Santa Clara II	5.229	(1.344)	3.886	4.044	3,02%
Santa Clara III	5.229	(1.344)	3.886	4.044	3,02%
Santa Clara IV	5.229	(1.344)	3.886	4.044	3,02%
Santa Clara V	5.229	(1.344)	3.886	4.044	3,02%
Santa Clara VI	5.229	(1.344)	3.886	4.044	3,02%
Santa Luzia	86.167	(25.597)	60.570	65.414	3,23%
Santa Mônica	5.963	(891)	5.072	5.290	3,66%
Santa Úrsula	5.963	(891)	5.072	5.290	3,66%
Santo Dims	5.963	(891)	5.072	5.290	3,66%
São Benedito	5.963	(891)	5.072	5.290	3,66%
São Domingos	5.963	(891)	5.072	5.290	3,66%
São Gonçalo	32.226	(16.739)	15.487	17.192	5,29%
São Martinho	5.963	(891)	5.072	5.290	3,66%
SIF Cinco	138.796	(61.678)	77.088	84.878	4,86%
Vargem	26.367	(13.212)	13.155	14.011	5,31%
Varzea Alegre	21.973	(11.464)	10.509	11.676	5,31%
Subtotal	2.275.919	(775.622)	1.498.296	1.605.810	

Intangível adquirido já incorporado - repositivo

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Eólica de Icarazinho	353.069	(154.556)	198.512	215.258
Eólica de Formosa	227.113	(100.224)	126.889	137.923
Geradora	760.029	(312.273)	447.756	484.157
Semear	426.450	(353.363)	73.087	-
Subtotal	1.766.660	(920.416)	846.245	837.588
Total	4.040.580	(1.696.037)	2.344.542	2.443.398

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação. 14.2 UBP/Intangível de concessão: A repactuação prevista na Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução ANEEL 895/2020, que trata das compensações de gastos com fatores não hidrológicos anteriormente incluídos no GSF (Resolução Scaling Factor), conforme mencionado na nota explicativa 3.6, possui a adesão condicionada a reunião de um grupo de ações que correm no judiciário e/ou do ingresso de futuras ações com teor de natureza análoga, além de não ter repositivo o risco hidrológico anteriormente. Atualmente o Grupo CPLF possui subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que se encontram em cenários distintos quanto à tramitação e decisão deste tema, conforme segue: (i) Subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que em função das repactuações anteriores relacionadas às transações no ambiente de contratação regulada de energia (ACR), já renunciar integralmente os pleitos em ações no judiciário, embora também possuíssem contratos no ambiente de contratação livre (ACL), este último que é alvo da repactuação corrente; (ii) Subsidiárias que, por atuarem substancialmente no ambiente de contratação livre (ACL), ainda possuem pleitos em ações no judiciário quanto ao tema. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias que contemplam extensão de prazo de extensão ainda está condicionada à desistência das ações judiciais, fato que ainda está em avaliação pela CAES/ANEEL, considerando que a administração não tem decisão econômica relevante a ser tomada após a regulamentação, para a adesão da repactuação. O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 6.679, equivalente aos prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo do resarcimento ao qual as Companhias do grupo possuem direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e a credores de um custo de capital próprio equivalente de 9,83%. Vide notas explicativas 14.1 e 25. Para o segundo grupo de subsidiárias, cujos valores são estimados em R\$ 61.867, não houve registros em 2020, visto que o direito de concessão em conjunto das subsidiárias não possui repositivo. Atualmente, em 24 de fevereiro de 2021, subsidiárias pertencentes ao segundo grupo, mesmo que a adesão à referida repactuação esteja em fase de avaliação pela Administração, realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes a passivos relacionados ao GSF, os quais se avaliam temporariamente juntos à CCEE em função de limitações jurídicas. 14.3 Tese de redução ao valor recuperável: Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou avaliações indicativas de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Os efeitos de 2020 e 2019, com base na avaliação mencionada, não houve necessidade de provisões de recuperação.

15. Forneceiros: O saldo dos fornecedores é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação. 14.2 UBP/Intangível de concessão: A repactuação prevista na Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução ANEEL 895/2020, que trata das compensações de gastos com fatores não hidrológicos anteriormente incluídos no GSF (Resolução Scaling Factor), conforme mencionado na nota explicativa 3.6, possui a adesão condicionada a reunião de um grupo de ações que correm no judiciário e/ou do ingresso de futuras ações com teor de natureza análoga, além de não ter repositivo o risco hidrológico anteriormente. Atualmente o Grupo CPLF possui subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que se encontram em cenários distintos quanto à tramitação e decisão deste tema, conforme segue: (i) Subsidiárias e empreendimentos controlados em conjunto que em função das repactuações anteriores relacionadas às transações no ambiente de contratação regulada de energia (ACR), já renunciar integralmente os pleitos em ações no judiciário, embora também possuíssem contratos no ambiente de contratação livre (ACL), este último que é alvo da repactuação corrente; (ii) Subsidiárias que, por atuarem substancialmente no ambiente de contratação livre (ACL), ainda possuem pleitos em ações no judiciário quanto ao tema. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as subsidiárias que contemplam extensão de prazo de extensão ainda está condicionada à desistência das ações judiciais, fato que ainda está em avaliação pela CAES/ANEEL, considerando que a administração não tem decisão econômica relevante a ser tomada após a regulamentação, para a adesão da repactuação. O ativo foi reconhecido no montante total de R\$ 6.679, equivalente aos prazos de concessão, cuja efetivação ocorrerá após homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo do resarcimento ao qual as Companhias do grupo possuem direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como bases os cálculos efetuados pela CCEE e a credores de um custo de capital próprio equivalente de 9,83%. Vide notas explicativas 14.1 e 25. Para o segundo grupo de subsidiárias, cujos valores são estimados em R\$ 61.867, não houve registros em 2020, visto que o direito de concessão em conjunto das subsidiárias não possui repositivo. Atualmente, em 24 de fevereiro de 2021, subsidiárias pertencentes ao segundo grupo, mesmo que a adesão à referida repactuação esteja em fase de avaliação pela Administração, realizaram pagamentos que remontam o valor de R\$ 147.777, referentes a passivos relacionados ao GSF, os quais se avaliam temporariamente juntos à CCEE em função de limitações jurídicas. 14.3 Tese de redução ao valor recuperável: Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou avaliações indicativas de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Os efeitos de 2020 e 2019, com base na avaliação mencionada, não houve necessidade de provisões de recuperação.

	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Suprimento de energia elétrica		100.513	55.383	67.589
Encargos de uso da rede elétrica		42.626	-	1.427
Materiais e serviços		38.861	29.229	91.105
Total		139.965	84.861	179.479
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica		-	1.005	117.360
Materiais e serviços		2.756	-	2.756
Total		2.756	1.005	120.116

16. Empreéstimos e financiamentos: A movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mensuradas ao custo				
Moeda nacional				
Pré-Fixado	282.997	(47.654)	20.167	(18.217)
TJLP	607.901	(73.620)	24.089	(24.756)
CDI	44.170	(44.000)	1.489	(1.659)
IGPM	51.663	(11.142)	6.161	(4.076)
Total ao custo	966.731	(176.417)	51.906	(783.512)
Mensuradas ao valor justo				
Moeda estrangeira				
Dólar	-	189.205	-	10.651
Marcação a mercado	-	2.492	-	(4.231)
Total ao valor justo	-	191.697	(83)	(10.651)
Total	966.731	(176.417)	51.823	(794.163)
Circulante	131.479	-	51.043	(46.224)
Não Circulante	835.252	(176.417)	2.861	(847.939)

Modalidade	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mensuradas ao custo				
Moeda nacional				
Pré-Fixado	543.240	-	(75.312)	37.114
TJLP	2.893.885	-	(209.277)	226.875
IFSCA	32.765	-	(7.111)	1.473
CDI	287.793	-	(15.828)	6.397
IGPM	51.888	-	(11.141)	5.936
Total ao custo	3.789.591	-	(481.641)	278.395
Gastos com captação (*)	(2.202)	(1.103)	2.632	(20.773)
Total	3.787.289	(1.103)	(481.641)	257.622
Circulante	476.282	-	281.027	(3.301.454)
Não Circulante	3.211.007	(1.103)	(762.668)	260.926

Modalidade	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mensuradas ao custo				
Moeda nacional				
Pré-Fixado	464.351	-	(462.424)	15.087
TJLP e TJLP +	2.625.676	3.000	(2.146.844)	119.294
IFSCA	31.813	-	(31.706)	804
CDI	157.781	-	(26.000)	3.929
IGPM	42.606	-	(12.568)	12.381
Total ao custo	3.322.227	3.000	(2.679.542)	151.495
Gastos com captação (*)	(20.773)	-	17.667	(153.641)
Total	3.299.454	3.000	(2.661.875)	2.000
Circulante	404.779	-	169.073	(158.188)
Não Circulante	2.894.675	3.000	(2.500.802)	2.000

Modalidade	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mensuradas ao custo				
Moeda Nacional				
Pré-Fixado	474.288	2.623.868	2012	2019
TJLP e TJLP + (a)	474.288	2.623.868	2012	2019
IFSCA	31.813	-	2012	2019
CDI	157.781	-	2012	2019
IGPM	42.606	-	2012	2019
Total ao custo	1.168.776	2.623.868	2012	2019
Gastos com captação (*)	(1.168.776)	(1.168.776)	(1.168.776)	(1.168.776)
Total	-	1.455.092	843.436	843.436
Circulante	-	1.455.092	843.436	843.436
Não Circulante	-	-	-	-

Modalidade	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mensuradas ao custo				
Moeda Nacional				
Pré-Fixado	666	1.808	2019	2021
TJLP + 5%	666	1.808	2019	2021
IFSCA	31.813	-	2019	2021
CDI	157.781	-	2019	2021
IGPM	42.606	-	2019	2021
Total ao custo	140.832	1.808	2019	2021
Gastos com captação (*)	(140.832)	(140,832)	(140,832)	(140,832)
Total	-	-	-	-
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	-	-

Modalidade	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mensuradas ao custo				
Moeda Nacional				
Pré-Fixado	474.288	2.623.868	2012	2019
TJLP e TJLP + (a)	474.288	2.623.868	2012	2019
IFSCA	31.813	-	2012	2019
CDI	157.781	-	2012	2019
IGPM	42.606	-	2012	2019
Total ao custo	1.168.776	2.623.868	2012	2019
Gastos com captação (*)	(1.168,776)	(1,168,776)	(1,168,776)	(1,168,776)
Total	-	1.455,092	843,436	843,436
Circulante	-	1,455,092	843,436	843,436
Não Circulante	-	-	-	-

Modalidade	Consolidado			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mensuradas ao custo				
Moeda Nacional				
Pré-Fixado	666	1.808	2019	2021
TJLP + 5%	666	1.808	2019	2021
IFSCA	31.813	-	2019	2021
CDI	157.781	-	2019	2021
IGPM	42.606	-	2019	2021
Total ao custo	140.832	1.808	2019	2021
Gastos com captação (*)	(140,832)	(140,832)	(140,832)	(140,832)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração

das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a

estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 10 de março de 2021



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
 CRC 2SP034519/O-6
José Antonio de Andrade Navarrete
 Contador - CRC-1SP198698/O-4